



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

APRECIÇÃO RECURSAL - TP 06/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2022
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma e ampliação da Escola Estadual Angelina F. Mazutti, em atendimento ao Convênio 1786/2021
RECORRENTE: JHM CONSTRUTORA EIRELI
RECORRIDA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DEMAIS LICITANTES

I - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A manifestação da licitante **JHM CONSTRUTORA EIRELI**, ora recorrente, foi interposta no prazo legal de cinco dias úteis, previsto no artigo 109, I, alínea "b" da Lei 8.666/93, uma vez que o início do prazo passou a fluir da lavratura da ata da reunião da comissão de licitação acerca do julgamento das propostas ocorrida no dia 29/6/2022 (fl. 795), ao passo que o protocolo do recurso se deu no dia 6/7/2022 (Fl. 805), revelando-se, portanto, tempestiva.

A propósito, colaciona-se o dispositivo em menção:

Art.109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I -recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...);

b) julgamento das propostas;

II - DA SÍNTESE DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A licitante **JHM CONSTRUTORA EIRELI** insurge-se contra a decisão da comissão de licitação que inabilitou a referida empresa, sob o fundamento de descumprimento ao Anexo I, alíneas "e" e "f.2" e item 3 - Qualificação Técnica do edital, em virtude de ter sido designado como responsável técnico o Engenheiro ALLAM PEREIRA DE MOURA, cuja CAT



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

nº 201064, com registro de atestado de pavimentação em lajotas, num total de 45m², se revela incompatível com o objeto do presente certame.

Nesse tocante, a própria recorrente assente expressamente à decisão da comissão.

Em contrapartida, diverge da decisão da comissão no tocante a apreciação da CAT nº 264792, sustentando, para tanto, que, apesar de não estar vinculada ao registro de atestado no CREA, ao argumento de que o artigo 30, II, §1º, I, da Lei 8666/93 divide a qualificação técnica em **capacidade técnico operacional** pertencente à pessoa jurídica e **capacidade técnico profissional**, pertencente ao responsável técnico.

Com isso, sustenta a existência de distinção entre pessoa jurídica e profissional (pessoa natural), citando entendimento doutrinário segundo o qual nem mesmo é necessário que o profissional seja sócio ou empregado registrado por pessoa jurídica.

Acrescenta ainda que o atestado de capacidade técnica emitido para comprovar a capacidade técnica **operacional da pessoa jurídica NÃO DEPENDE E EM NADA SE CONFUNDE** com a certidão de acervo técnica emitida para comprovar a experiência do profissional.

Ressalta ainda que o município licitante é sabedor da comprovada aptidão da empresa recorrente para a execução do objeto em virtude de ter celebrado o contrato administrativo 1/2022 e o contrato 2/2022.

Aventa que a decisão da Comissão Permanente de Licitação pautou-se no desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, por entender que a licitante não teria comprovado a aptidão técnica na forma definida no edital, sem levar em conta que a documentação de habilitação não será, per si, motivo para a inabilitação se, por sua natureza,



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

não trazer qualquer benefício à proponente e portanto não ferir o princípio da isonomia, assim como colocar a administração em uma contratação temerária.

Pondera que as decisões da Administração devem se pautar nos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade, da busca da verdade material e da ampla competitividade, sobretudo em matéria de capacidade técnica, com vistas a exigir somente aquilo que for indispensável a garantir a execução do objeto.

Em arremate, conclui o recorrente não haver motivo para a manutenção da inabilitação da empresa licitante, posto que a certidão de acervo técnico (CAT) nº 264792 não poderia ter sido desprezada, posto que emitida pelo CREA, demonstrando, de forma oficial, legítima e confiável que o profissional Allam Pereira de Moura - Engenheiro Civil e Engenheiro de Segurança do Trabalho possui experiência na execução de diversas obras cuja complexidade se iguala ou até sobrepõe à complexidade do objeto licitado.

Por fim, requer pontualmente:

a) a retificação da decisão combatida pelo recorrente, de modo a habilitar a empresa licitante, **JHM CONSTRUTORA EIRELI**, e consequentemente manter sua proposta dentre aquelas que serão analisadas na próxima sessão.

III - DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

A despeito do recurso interposto pela licitante, a licitante **GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI** apresentou contrarrazões/impugnação, no prazo legalmente estabelecido, defendendo, em síntese, a manutenção da decisão da comissão em inabilitar a empresa recorrente, ao considerar que o



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

profissional indicado conforme a alínea "a" fora o Engenheiro Civil Allam Pereira de Moura, conforme as declarações anexada à fl. 567, sendo o mesmo constante de todas as certidões que demonstram a responsabilidade técnica encartada às fls. 566 e 568.

Para tanto, ressalta que dentre os documentos ofertados pela recorrente, o único com registro de atestado do profissional indicado foi a CAT nº. 201064 (fl. 580-581), o qual não atende aos requisitos por dois motivos: a) ser referente a execução de objeto completamente distinto do item licitado e; b) não haver acostado o respectivo atestado.

Aduz que o próprio recorrente, no item 10 de sua peça, concorda com a desconsideração de tal documento pela comissão.

Consigna que, em relação à contestação quanto à rejeição pela comissão da CAT 264792 9fls. (582-585), também se revela improsperável, visto que tal documento não possui registro de atestado, muito menos traz atestado com respectivo registro, somado ao fato de que o objeto se mostra completamente incompatível com o objeto da licitação.

No tocante ao item 18 a 21 do recurso interposto, a impugnante sustenta a improcedência dos argumentos lançados quanto a vantajosidade para superar a carência de qualificação técnica, ao argumento de que a licitação precisa respeitar todas as fases e nesse caso uma empresa que NÃO SE HABILITA, mesmo que ofertado o melhor preço, sem demonstrar cabalmente as condições de habilitação, poderá comprometer a execução do objeto.

Contrapõe ainda o argumento da licitante recorrente quanto a tese de que mera diligência poderia sanar a ausência do requisito de habilitação, arguindo que foi omitido o fato de que a Administração realizou diligências, inclusive com a área técnica e fiscal, com suspensão da sessão



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

da licitação, a fim de averiguar o mérito das demandas arguidas sob a habilitação, antes de proferir a combatida decisão de inabilitação da recorrente.

Salienta que tal fato é inconteste, posto que a própria recorrente, no item 8 ressalta expressamente que a declaração da inabilitação foi respaldada no parecer da Arquiteta do quadro permanente da administração, senhora Cintya Vieira Souto.

Quanto à alegação de afronta ao item 23 a 25 do edital, o impugnante aduz que, ao contrário do que se sustenta, não houve vícios na decisão da comissão, muito menos se provou tal vício, de maneira que meras alegações e citações de jurisprudências desconexas à realidade dos fatos não tem o condão de criar caminho alheio às regras legalmente impostas pelo próprio instrumento convocatório.

Em arremate, invoca que o fato do recorrente manter contrato com a administração não SUBSTITUI a ausência do documento exigido no edital, notadamente pelo fato de que as condições de habilitação de uma empresa se alteram com o seu funcionamento e sua realidade, citando como exemplo a própria INABILITAÇÃO da recorrente no processo licitatório, realizado pelo município, na modalidade de Concorrência 1/2022.

Com base nos argumentos sintetizados, pugna pela manutenção da decisão que inabilitou a licitante **JHM CONSTRUTORA EIRELI**, pela ausência de atendimento às exigências de habilitação.

IV - DA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS E FUNDAMENTAÇÃO

A questão suscitada no presente recurso é de fácil deslinde e não merece maiores perquirições, porquanto versa sobre os requisitos



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

exigidos para a qualificação técnico-profissional, constantes do item 3, alínea f.2 do Anexo I do instrumento convocatório.

Nesse tocante, é preponderante examinarmos os argumentos apresentados pela recorrente, em confronto com as contrarrazões da licitante concorrente, sob a ótica das regras inseridas no edital regente do certame, bem como as exigências disciplinadas na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), baseada especificamente nos itens e nos artigos a seguir colacionados, que definem os procedimentos necessários para o processamento e julgamento das licitações, a conferir:

4.3. Os requisitos e os documentos necessários para a habilitação constam do Anexo I deste Edital.

4.4. Somente serão habilitadas nesta Tomada de Preços empresas atuantes em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que apresentarem toda a documentação exigida no Anexo I, bem como os demais documentos exigidos neste Edital e anexos.

7.7.1. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes do certame.

Além disso, o edital regente do certame, no item 3 do Anexo I, estabeleceu, na alínea f.2, como deveria ser comprovada a qualificação técnico-profissional, conforme transcrição realizada abaixo:

f.2) Qualificação técnico profissional: Apresentação de pelo menos 01(um) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome do profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro da licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obra/serviço de características iguais ou semelhantes ao objeto da licitação, as quais não precisam constar simultaneamente do mesmo atestado. A empresa licitante poderá apresentar quantos atestados julgar necessário, desde que de profissionais pertencentes ao seu



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

quadro permanente e que comprovem o seu vínculo com a empresa nos termos da alínea "d".

Ora, transpondo o quanto exposto para o caso em concreto, verifica-se que a Certidão de Acervo Técnico-CAT apresentada para fins de comprovação da capacidade técnica do profissional indicado pela licitante, Sr. Allam Pereira de Moura, não preencheu os requisitos quanto a comprovação da sua responsabilidade técnica na execução de obra/serviço de características iguais ou semelhantes ao objeto da licitação, por versar sobre **pavimentação de lajotas**.

Digno de nota, outrossim, que a tentativa de suprir o vício, através da apresentação da CAT em nome do Engenheiro Diego, também não atende aos requisitos expressos no item em referência, por se tratar de profissional não vinculado ao quadro técnico da licitante, não obstante possuir contrato de prestação de serviços com respectiva empresa.

Neste ponto, merecem destaque: 1) a Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Jurídica (CREA/MT) juntada às fls. 565/566, onde o Eng. Diego Fernandes Barbosa não consta como responsável técnico pela empresa JHM CONSTRUTORA EIRELI, mas sim o Engenheiro Allam Pereira de Moura; 2) a Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Física (CREA/MT) juntada à fl. 569, onde também não há menção da responsabilidade técnica do engenheiro Diego Fernandes Barbosa perante a empresa JHM CONSTRUTORA EIRELI ou qualquer outra empresa registrada; 3) a Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Física (CREA/MT) do Engenheiro Allam Pereira de Moura, juntada à fl. 568, demonstra que o mesmo é o único engenheiro responsável técnico pela empresa JHM CONSTRUTORA EIRELI.

Portanto, evidente que a qualificação técnica-profissional a ser considerada/analisa é a do Eng. Allam Pereira de Moura, expressamente indicado como responsável técnico para execução do objeto licitado.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

Despicienda, ademais, a alegação do recorrente de que tal requisito objetivo poderia ser suprido pelo fato do município licitante ser sabedor da comprovada aptidão da empresa recorrente para a execução do objeto em virtude de ter celebrado o contrato administrativo 1/2022 e o contrato 2/2022, haja vista que o fato de manter contratos com a administração não dispensa o cumprimento específicos de cada instrumento convocatório, até porque, ao admitir-se tal argumento, seria o mesmo que pressupor a contratação direta de determinada empresa que já tivesse se sagrado vencedora de certames pretéritos, hipótese completamente desprovida de respaldo legal.

Assim, resulta inequívoco que a decisão da Comissão Permanente de Licitação pautou-se no respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que não restou comprovado pela licitante/recorrente a aptidão técnica na execução de obra/serviço compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação.

Nesse tocante, também se denota descabido o argumento de que as decisões da Administração devem se pautar nos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade, da busca da verdade material e da ampla competitividade, sobretudo em matéria de capacidade técnica, com vistas a exigir somente aquilo que for indispensável a garantir a execução do objeto, notadamente por se tratar de questão vinculada à própria segurança da obra, associada ao dever de observância aos princípios da legalidade, ao princípio da eficiência e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 41 da Lei 8.666/93, *verbis*:

Art.41.A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

Nesse sentido, **Marçal Justen Filho**, no livro intitulado *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*, enaltece a relevância do atestado ao discorrer que ***“em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente.”***

Ademais, a finalidade da norma é clara, qual seja, **resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação - procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.**

Com esse enfoque, a própria Constituição da República assevera no inciso XXI de seu artigo 37, que somente serão permitidas nas licitações, as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Cumpre realçar ainda que a Comissão Permanente de Licitação realizou diligência com a finalidade de esclarecer e complementar os fatos conforme o disposto no artigo 43, § 3º da Lei 8.666/93, obtendo o entendimento em conjunto com a equipe técnica e fiscal da administração que o documento apresentado pela licitante/recorrente diverge dos requisitos exigidos no instrumento convocatório.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo,



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

É importante ressaltar ainda que, no decorrer da publicação do certame, não houve qualquer manifestação contrária às regras contidas no edital ou pedido de esclarecimento acerca desse ponto pela recorrente **JHM CONSTRUTORA EIRELI**.

Foram, portanto, aceitas pela recorrente as condições estipuladas no edital, que, no ensinamento doutrinário e jurisprudencial, faz lei entre as partes.

Logo, em última análise, tem-se por inafastável que a Comissão de Licitação, ao realizar o julgamento, deve ater-se a todos os critérios já previamente estabelecidos em edital, bem como à legislação vigente, as quais revelam a total dissonância das teses trazidas à baila pela recorrente.

V - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, em consonância com a análise dos documentos anexados aos autos e em estrita observância aos termos da Lei nº 8.666/93, e visando os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso interposto pela licitante **JHM CONSTRUTORA EIRELI**, mantendo-se a decisão de inabilitação da referida empresa, face à inobservância às exigências previstas no Anexo I - Documentos para habilitação, item 3 - Qualificação técnica, alíneas "e" e "f.2" do instrumento convocatório.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2022.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO
www.camposdejulio.mt.gov.br

Eric Rodrigo Pettenan
Presidente da CPL

Josiane Gineli dos Santos

Membro

Darci Rodrigo Teixeira

Membro

Analísado pela Procuradoria Jurídica em

15/07/2022

VIVIANE BARBOSA SILVA
Procuradora Jurídica
Portaria nº 076, de 23/02/2016
Matrícula nº 1413

ACOLHO E MANTENHO A DECISÃO da Comissão Permanente de Licitação, subsidiada pela Procuradoria Jurídica, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela licitante **JHM CONSTRUTORA EIRELI**, com base em todos os motivos acima expostos.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2022.

Irineu Marcos Parmeggiani
Prefeito Municipal